

PERT

Município lançará campanha para regularização de débitos

Sefaz estima receber cerca de R\$ 100 milhões em dívidas

RODRIGO SOARES / Redação DS

Os contribuintes de Tangará da Serra que estão inadimplentes com o fisco municipal terão a oportunidade de negociar e parcelar suas dívidas relativas a tributos e taxas com o Município. Isso porque a Secretaria Municipal de Fazenda (Sefaz) lançará nos próximos dias o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), proposta do Executivo Municipal que foi aprovada pela Câmara de Vereadores na tarde desta terça-feira, dia 05 de junho, durante sessão ordinária.

De acordo com o agente

administrativo da Sefaz, Roberto Fróio, o programa visa estimular o recebimento de créditos tributários e não tributários, com desconto progressivo sobre a penalidade pecuniária da obrigação principal. “Esse será o momento que o contribuinte terá para regularizar sua situação. O programa abrange todos

“
Programa abrange todos os créditos tributários e não tributários

os créditos tributários e não tributários, de qualquer natureza, tanto em execução fiscal ou dívida ativa”, explicou Roberto,

ao destacar que podem aderir ao PERT pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado.

“Se o contribuinte optar em pagar a vista, terá 100% do incidente sobre juros e multas, do total do débito. Também poderão optar por parcelamento, pois o programa prevê em até 60 parcelas. Optando por até 12 vezes, terá desconto de 80% sobre juros e multas. Já em 60 parcelas, que é o pagamento máximo, terá 40% nessa transação com o município”, explicou o responsável,

Além dos débitos inscritos em dívida ativa, o programa também abrange aqueles que são objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. Conforme a proposta, a adesão ao PERT ocorrerá por iniciativa do sujeito passivo da



Agente da Sefaz, Roberto Froio explicou as vantagens

obrigação tributária, ou seja, o contribuinte inadimplente, que assinará o Termo de Confissão e Parcelamento.

Após aprovação na Câ-

mara Municipal, o PERT seguirá para sanção do Executivo, que definirá as datas em que o contribuinte poderá ir até a Sefaz fazer as negociações.



Reunião da AMM aconteceu ontem

AMM

Municípios discutem Regime Previdência

O objetivo do evento era debater sobre as vantagens da implantação

Assessoria

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, reuniu nesta terça-feira, 05, representantes dos 37 municípios que ainda não aderiram ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O encontro foi promovido pelo Consórcio Intermunicipal dos Regimes Próprios de Previdência Mato-grossense – Consprev – MT e reuniu prefeitos, secretários, vereadores e responsáveis pelos setores de Recursos Humanos, Contabilidade e Controle Interno das prefeituras. O objetivo do evento era de-

bater sobre as vantagens da implantação do regime próprio.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, participou do encontro, onde destacou a experiência exitosa do AMM-Previ no estado. “Nos 15 anos de funcionamento, o programa AMM-Previ contribuiu para a eficiência e economicidade dos institutos municipais de previdência. Dos 104 municípios que possuem regimes próprios, atual-

“
Servidor público municipal é o principal beneficiado

mente, 55 estão vinculados ao programa e recebendo assessoria técnica em diversas áreas para melhor gerir os fundos de aposentadorias”, ressaltou.

O encontro também contou com a participação do representante da empresa Agenda Assessoria, o advogado Carlos Esteves, que ministrou uma palestra sobre as diferenças entre os regimes próprios e o Regime Geral de Previdência Social. “Muitos acreditam, erroneamente, que o principal beneficiado com a implantação do RPPS é o Município por causa da redução da contribuição patronal. Mas o servidor público municipal é o principal beneficiado com a mudança do regime previdenciário”, afirmou.